

JFT 8.7.9.21-1

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE033316

A PESQUISA, um complemento do ensino. O Estado de São Paulo,  
São Paulo, 28 out., 1984.

# A pesquisa, um complemento do

## ensino

O ensino e a pesquisa são, ao lado da extensão de serviços à comunidade, funções básicas da universidade e, por isso mesmo, devem ser atividades "indissociáveis". Mas essa "associação" ideal, que se costuma pregar como um dogma, principalmente para a formação do docente, significa na verdade um equilíbrio que tem de ser construído e bem pensado, de modo a não prejudicar nem professores nem pesquisadores. A pesquisa — vista pelo ângulo de um professor e de um pesquisador científico — é o tema desta pági-

na, dentro da série de reportagens sobre as universidades paulistas: Jorge Nagle, reitor **pro tempore** da Unesp, alerta para a exagerada ênfase que se dá atualmente à pesquisa no ensino, enquanto Antônio Carlos Pimentel Wutke, do Instituto Agrônomo de Campinas, critica a falta de apoio do governo à carreira do pesquisador científico. Wutke, que fala em nome da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, afirma que o governador Franco Montoro não está cumprindo o que prometeu durante a campanha eleitoral.

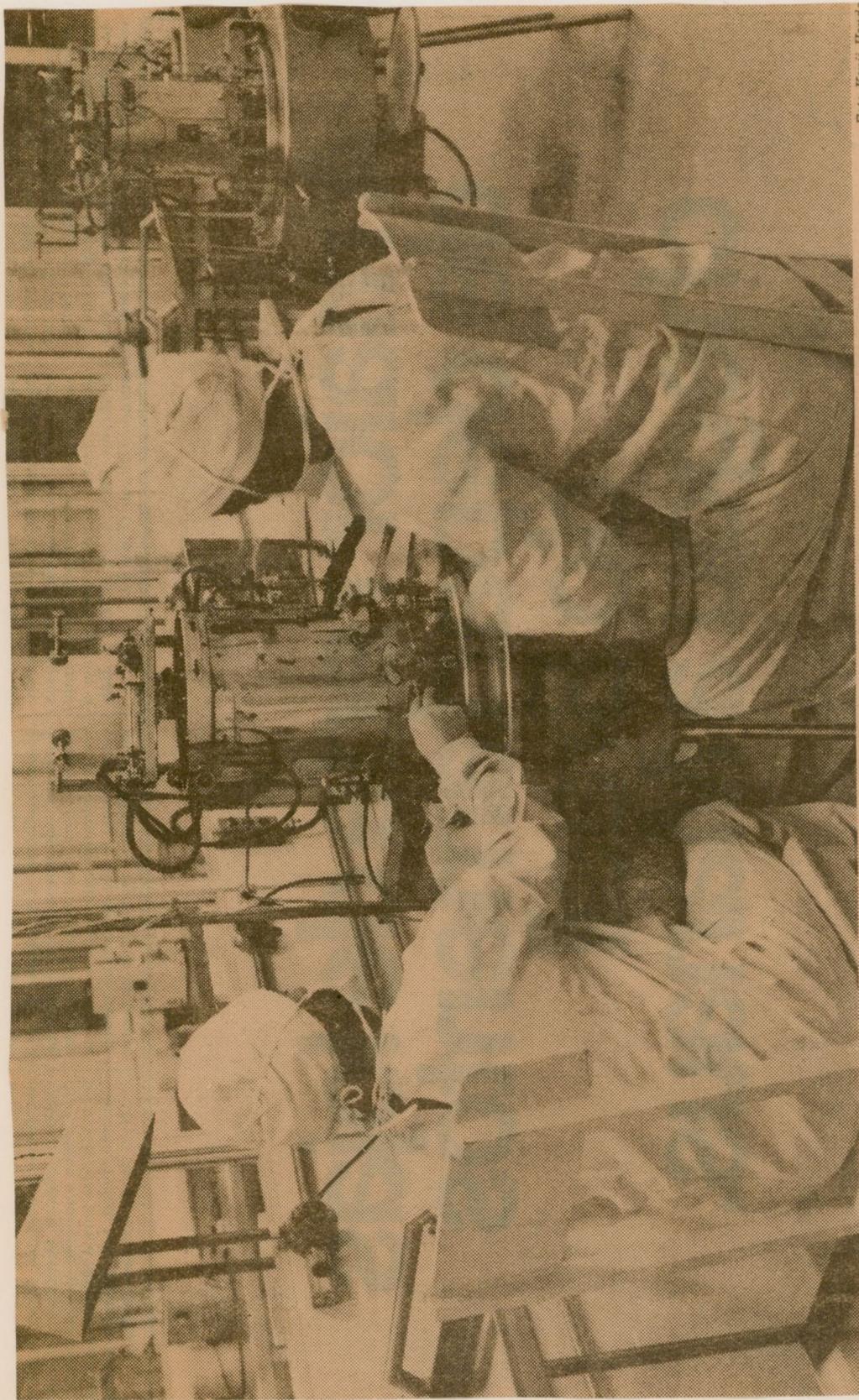


Foto Kenji Honda

Os institutos que fazem pesquisas científicas servem também para formar mestres e doutores para as universidades

A PESQUISA, um complemento do ensino. O Estado de São Paulo, 28 out., 1984.



**NAGLE, Jorge. Buscar o equilíbrio, a função da universidade. O Estado de São Paulo, São Paulo, 28 out., 1984.**

**Buscar o equilíbrio, a função da universidade**

**JORGE NAGLE**

Pela legislação do ensino superior, no Brasil, as universidades possuem uma triplíce função: o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade. Por serem três funções básicas, deveria haver certo equilíbrio entre elas. O que, ainda, não existe. Neste momento não será analisada a função de extensão de serviços à comunidade. Mas é bom observar que esta terceira função vem sendo colocada em plano secundário e, mesmo assim, sob a forma não só assistemática, como quase que exclusivamente assistencialista. Nem é a oportunidade de discutir determinadas formas de extensão de serviços à coletividade — que respondem melhor à chamada responsabilidade social da universidade —, tornando-a núcleo importante da atuação da universidade e para a qual pudessem convergir, aperfeiçoando-os, tanto o ensino, como a pesquisa. O objetivo maior deste artigo não é analisar a necessária articulação, entre as três funções mencionadas; mas explorar a articulação, também necessária, entre o ensino e a pesquisa.

Talvez seja interessante iniciar dizendo que existe um dogma que prescreve o caráter indissociável entre ensino e pesquisa. Desde as leis maiores, até resoluções e portarias, passando por decretos, encontra-se a mesma proposição: não podem ser dissociados o ensino e a pesquisa. Esta prescrição, como não poderia deixar de ser, encontra-se estabelecida nos próprios contratos de trabalho do pessoal docente que faz opção pelo regime de tempo integral; isto é, a mesma pessoa deve possuir, do ponto de vista legal, tanto as características de um bom professor, como as de um bom pesquisador. Aqui começa o problema.



Estudos sobre as características de um e de outro trabalho revelam diferenças, muitas vezes consideradas até inconciliáveis. Preocupado com a transmissão do conhecimento, o professor deve possuir determinadas características que facilitem sua tarefa junto a determinado grupo de pessoas (alunos); por exemplo, o trabalho de um professor envolve características necessárias a um bom comunicador, que se desdobra em questões de linguagem, de ajustamento de forma e de conteúdo do que deve transmitir, indo até questões de relacionamento pessoal. Já o pesquisador tem a sua preocupação centrada não na comunicação do conhecimento, mas na sua descoberta. Ele se encontra frente a um problema de conhecimento

— este é o principal "interlocutor" do pesquisador. Como se percebe, o professor e o pesquisador enfrentam situações bem diferentes, cada uma delas exigindo a mobilização de elementos também diferentes. O que se interroga é se uma mesma pessoa tem condições de, ao mesmo tempo, desempenhar-se bem nos dois casos. Tudo leva a crer que a natureza não costuma dotar as pessoas com características tão diferenciadas. De qualquer forma, não é fácil encontrar pessoas que sejam ao mesmo tempo bons professores e bons pesquisadores; a experiência vem mostrando que, de um modo geral, o sucesso numa dessas tarefas não é condição para se supor o sucesso na outra.

Além disso, é importante observar que a pesquisa vem sendo considerada não só como atividade importante da universidade, mas como tarefa quase que exclusiva. Veja-se, por exemplo, a questão da avaliação da carreira docente que se centraliza na pesquisa, desvirtuando, assim, o suposto caráter indissociável do ensino e da pesquisa. Isso sem discutir aquilo que a pesquisa, tal como vem sendo realizada, tem acrescentado, efetivamente, ao desenvolvimento do conhecimento humano; sem discutir, igualmente, o fato de que a pesquisa vem sendo realizada segundo um molde "acadêmico" único, no qual devem ser encaixados todos os ramos do saber, desconsiderando-se peculiaridades na elaboração do conhecimento nas diferentes áreas da cultura que, na universidade, vão desde a agricultura ou a filosofia, a educação física ou o direito, a pedagogia ou a física, a literatura ou a matemática.

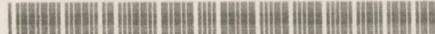
O que está sendo dito não deve ser interpretado como diminuição do papel da pesquisa na universidade. Esse papel continua essencial. O que deve estar presente é que a completa desvalorização burocrática do ensino, como elemento de promoção na carreira universitária, além de conseqüências óbvias, constitui fator que pesa negativamente sobre a própria pesquisa. Em outras palavras, a formação, em nível superior (ensino), é peça fundamental para dar condições para a formação do pesquisador. A transmissão do conhecimento, quando bem feita, proporciona recursos insubstituíveis para aqueles que pretendem tornar-se bons pesquisadores. Observe-se, por exemplo, a qualidade das informações que podem ser transmitidas por meio do ensino ou os padrões de raciocínio desenvolvidos e que constituem condições facilitadoras para o trabalho de pesquisa a ser realizado no futuro. A não ser assim, corre-se o risco de existirem os chamados pesquisadores sem o mínimo de recursos para realizar, de forma adequada, essa tarefa.

E claro, a questão remete a uma outra que, embora faça parte do senso comum, precisa ser repensada. Quando se fala em docência, supõe-se que ela seja atividade simples e que se traduz exclusivamente sob a forma de ministrar aulas e que estas, por sua vez, não apresentam maiores dificuldades. Aliás, nem se pensa que a atividade docente apresenta, como determinados estudos mostram, diferenciações internas muito complicadas e que nem todos têm condições para realizá-las com a mesma competência. Parece claro,

por exemplo, que certos professores estão mais habilitados do que outros para estabelecer o processo de comunicação, outros estão mais capacitados para processar a avaliação, uns têm mais capacidade para programar trabalho de síntese, enquanto outros se encontram em melhores condições para estimular o desenvolvimento de certos tipos de raciocínio.

Estas considerações sumárias pretendem ressaltar a importância de um único dado: é preciso começar a pensar, de forma sistemática e produtiva, nos modos de articulação — e nas suas diversas dimensões — entre o ensino e a pesquisa, em lugar de decretar, de forma simplista, que essas funções são, por natureza, indissociáveis. Se elas têm que ser associadas, a associação precisa ser construída. Esta é, ainda, uma tarefa que cabe à universidade realizar.

**O professor Jorge Nagle é reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"**



WUTKE, A.C. Pimentel. Os pesquisadores e as promessas de Montoro. O Estado de São Paulo, São Paulo, 28 out., 1984.

A.C. PIMENTEL WUTKE

Em sua versão preliminar, a chamada "Proposta Montoro", publicada em junho de 1982, afirma enfaticamente: "Nunca será demais insistir na importância das universidades e das instituições de pesquisa para o desenvolvimento econômico-social, tecnológico e cultural de uma nação, como mostra a experiência dos países desenvolvidos... No Brasil, o poder público parece ignorar essa realidade. Em vez de dar alta prioridade ao ensino e à pesquisa de nível superior, tem sido cúmplice de seu esvaziamento, conforme denúncias reiteradas de docentes, pesquisadores, diretores, reitores, alunos e funcionários... O Estado de São Paulo não tem, infelizmente, fugido a esta regra nacional, sobretudo durante o atual governo. O enorme potencial representado por três universidades públicas estaduais, das melhores do País, bem como por 16 institutos governamentais de pesquisa, muitos deles pioneiros em suas áreas de atuação, tem sido desperdiçado de forma dramática".

Inteiramente procedente, sem dúvida, essa análise do atual governo do Estado de São Paulo. De fato, em que pesem a feliz conjunção de fatores ambientais favoráveis e a notável contribuição das correntes migratórias, o desenvolvimento do Estado foi solidamente embasado em seu característico sistema de ciência e tecnologia, cujo arcabouço começou a ser delineado em fins do século passado, com a emergência de suas instituições científicas.

A pesquisa científica em nosso Estado, de forma ampla, contínua e sistematizada, foi por primeiro desenvolvida nos institutos vinculados a Secretarias de Estado, criados, que foram, sob forte motivação de problemas bem definidos e sentidos, particularmente nas áreas da agropecuária e da saúde pública. Alguns desses institutos, como o Agrônomo, o Geográfico e Geológico, o Butantan, o Adolfo Lutz e o Pasteur, já apresentavam inclusive, e por isso mesmo, longa e profícua tradição de trabalho em 1934, quando se corporificou a Universidade de São Paulo. Naquela ocasião, reconhecendo a importância e as peculiaridades de seu sistema de ciência e tecnologia, o governo dispensou a esses institutos o tratamento de órgãos complementares na própria lei de criação da Universidade.

Esses dois componentes do Sistema Paulista de Ciência e Tecnologia — institutos e universidades — apresentam pontos fundamentais em comum, quais sejam a natureza e a metodologia da investigação científica e as exigências de lastro cultural, de capacitação e de postura filosófica, conceitual e ética, para que o pesquisador desenvolva a contento o seu trabalho. Diferenciavam-se, entretanto, por responsabilidades e campos de atuação específicos. Por isso mesmo, complementam-se no atendimento das demandas e das necessidades da comunidade.

Paradoxalmente, marginalizados pela miopia de governantes de vôo curto e raso, que os excluíram de justas reivindicações das universidades, no período de 1962 a 1975 os institutos de pesquisa tiveram de lutar denodadamente pela sua sobrevivência como centros de alto nível. A crise que se abateu sobre eles, nessa época, é notória. Dentre outros problemas, avultava a contínua e crescente evasão de seus pesquisadores, desestimulados pela inexistência de uma estrutura de carreira que lhes oferecesse perspectiva de acesso promocional, o que ainda era agravado pelos baixos níveis salariais a que tinham sido relegados. Desintegraram-se equipes de trabalho laboriosa e custosamente formadas; truncaram-se programações em andamento; paralisaram-se equipamentos de alto custo; dispersaram-se recursos humanos em cujo aperfeiçoamento houvera o Estado altamente investido e que, pela sua integração em objetivos comuns de pesquisa, compunham dispositivos de maior poder de resolução científica. Quase que se mutila irremediavelmente o Sistema Paulista de Ciência e Tecnologia.

A carreira de pesquisador científico, criada em 18 de novembro de 1975, pela Lei Complementar nº 125, consubstanciou a firme decisão do governador Paulo Egydio Martins de reverter tão nefasto processo, afastando dos institutos de pesquisa as sombrias perspectivas de uma acelerada decadência. Principal instrumento legal e concreto para a revitalização dos institutos, essa lei complementar, que fundamentalmente configura a proposta formulada pela própria comunidade científica, através da SBPC, restabeleceu também a equivalência salarial entre os pesquisadores dos institutos e os docentes universitários, recompondo o principal instrumento de equilíbrio entre os dois ambientes. Mas não se limitou, tal lei, a aspectos imediatistas, nem se confinou nas divisas estreitas de mero esquema de remuneração salarial. Fundamentada na filosofia e nos princípios do Regime de Tempo Integral, em boa hora implantado em São Paulo na década de 30, instituiu um sistema inédito, coerente e rigoroso de avaliação de mérito do pesquisador. Sistema esse voltado precipuamente para as condições, a natureza do trabalho e as responsabilidades dos institutos no contexto do sistema de sustentação científico-tecnológica do Estado.

O período governamental seguinte caracterizou-se pela estagnação de todos os processos referentes à carreira de pesquisador científico. Naquela época, a Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral (CPRTI), órgão oficial do próprio governo, responsável pela disciplinação de todos os assuntos referentes à carreira e ao Regime de Tempo Integral, não conseguiu convencer a Casa Civil a receber, nem sequer para encaminhamento, ofício em que solicitava audiência ao governador do Estado. Não obstante, é de assinalar

que, mesmo em tal período de clima constrangedor e autocrático, a equivalência salarial entre os institutos e as universidades foi respeitada.

A administração Montoro assumiu de início, auspiciosamente, medidas do mais alto significado para o Sistema Paulista de Ciência e Tecnologia. A promulgação da Lei Complementar nº 335, de 22 de dezembro de 1983, consolidou a estrutura da carreira de pesquisador científico, criando 1.811 cargos, disciplinando a sistemática de ingresso e acesso na carreira e, ainda, dispondo sobre as normas para a contratação de especialistas para suprir eventuais faltas de lideranças científicas.

Causou, portanto, estupefação o inesperado rompimento da equivalência salarial entre pesquisadores científicos e docentes universitários, quando do reajuste salarial do funcionalismo público, em janeiro deste ano.

Tão inexplicável se apresentava o fato, que a princípio foi julgado como um lapso, devido às particularidades dos mecanismos legais que regem os reajustes nas administrações direta e indireta do Estado. Ainda mais quando se sabe que a carreira de pesquisador científico compulsoriamente impõe ao servidor o Regime de Tempo Integral e por outro lado, o decreto que diferenciou os docentes universitários justifica-se declarando que: "Valoriza a pesquisa o Regime de Tempo Integral e a Dedicativa Exclusiva nas Universidades do Estado".

Quase um ano transcorrido da ocorrência de tal disparidade, baldados todos os esforços para a recomposição da equivalência rompida, tamanha contradição de atitudes parece indicar que a convicção do governador não consegue sobrepor-se à decisão da área econômica do governo. Pouco se importando com a reativação do cortejo das desastrosas conseqüências que quase levaram os institutos de pesquisa de São Paulo à inoperância, a área econômica do governo volta as costas ao próprio discurso de Franco Montoro. Mais do que cúmplice, assume a responsabilidade de artífice do esvaziamento dessas instituições, "desperdiçando, de forma dramática, o seu enorme potencial"...

**Antônio Carlos Pimentel Wutke é pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas e presidente da Comissão de Divulgação da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo**

WUTKE, A.C. Pimentel. Os pesquisadores e as promessas de  
Montoro. O Estado de São Paulo, 28 out., 1984.

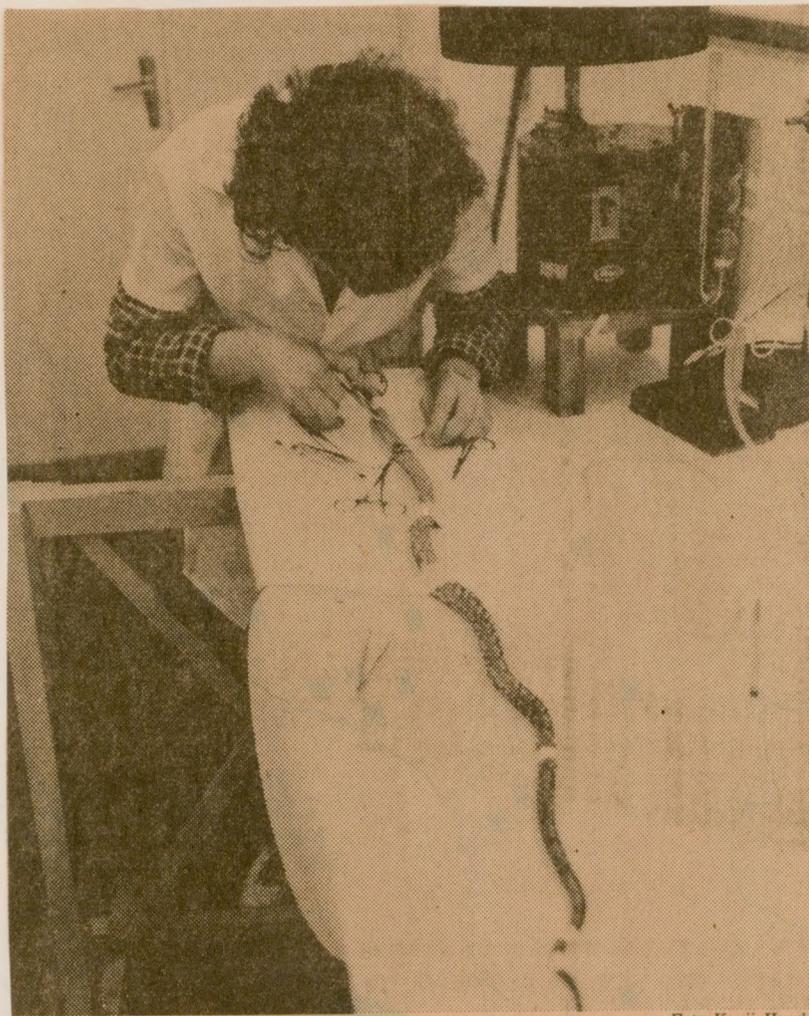


Foto Kenji Honda

**No Butantan, ciência e serviços à comunidade**